

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A CENTRALIDADE DO CAPITAL NO BRASIL: AUSTERIDADE E NEOLIBERALISMO COMO POLÍTICA DE GOVERNO

Wagner Pires da Silva¹

Paulo Henrique Freitas Maciel²

Ana Carmita Bezerra de Souza³

Resumo:

O presente trabalho aborda como as políticas públicas no Brasil após 2016 foram influenciadas pelas ideias neoliberais e o impacto das mesmas para os trabalhadores e a população brasileira como um todo. Partindo da publicação de “uma ponte para o futuro”, pelo PMDB, o capital assumiu uma nova centralidade que conduziu medidas de ajuste e austeridade que culminaram pelo corte de direitos dos trabalhadores e o desmonte dos serviços públicos ofertados pelo Estado. Dentro dessa perspectiva o artigo aponta que a abordagem marxista é o método necessário não apenas para a análise da situação, mas também para elencar saídas da crise que contrariem a lógica do capital e que possam fazer com que os que produzem é que passem a assumir a centralidade das e nas ações do governo.

1. Introdução

O governo alçado ao poder após o impedimento de Dilma Rousseff, impôs como ordem do dia, o alinhamento ao mercado como principal política econômica. A diminuição dos investimentos em saúde, educação e segurança, a descontinuidade de políticas sociais e a desregulamentação do trabalho, com a consequente supressão dos direitos foram sendo aplicados em todas as áreas. Medidas como a Emenda Constitucional 95, que impôs um teto aos gastos do governo e as tentativas de reforma da previdência apontam para um governo que adota os princípios de austeridade, ditados pelo mercado como estratégia política e econômica.

As medidas adotadas pelo executivo, não tem proporcionado a melhora, nem da situação econômica, nem das classes desfavorecidas, que tem sido as mais penalizadas pela crise, muito menos tem permitido às empresas recomponem suas perdas. Penalizar o setor

¹ Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela UFC. Administrador na UFCA. E-mail: wagner.piresufca.edu.br

² Doutorando em Educação (UFC). Mestre em Educação pela UFC. Economista na UFCA. E-mail: paulo.freitas@ufca.edu.br

³ Doutora e Mestre em Educação Brasileira pela UFC. Professora na UFCA. E-mail: ana-carmita.souza@ufca.edu.br

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



produtivo em nome da tranquilidade dos investidores do mercado financeiro pode parecer um contrassenso, mas segue uma lógica perversa, na qual o bem-estar social de toda a população é ignorado em nome da garantia de lucros para o capital financeiro. Este artigo busca apresentar elementos da centralidade do capital no governo atual.

Para tanto se propõe a discutir, inicialmente, como o dinheiro se torna capital. Isso é feito com base em uma visão marxista, que permite evidenciar os mecanismos que aprofundam determinados aspectos do capital, que acabam por acentuar-se na atual conjuntura de crise que vem se desenhando no Brasil e no mundo, quando a apropriação, de forma cada vez mais aprofundada do valor produzido pelo trabalho, é vista como a solução burguesa para a crise. O principal elemento que marca a assunção dessa solução como política de governo é o documento do PMDB, “Uma ponte para o futuro”. Este documento que é, em linhas gerais, o programa do atual governo, amplia as condições de extração de mais-valor dos trabalhadores, além de permitir a precarização da oferta de serviços públicos e sua posterior privatização.

2. Como o dinheiro se torna capital

Ter dinheiro não significa ter capital. Embora muitos ainda façam confusão entre as duas coisas é preciso entender que o capital não é apenas dinheiro. Na verdade, como mostra a análise de Marx, o dinheiro assume a forma de capital. Em *O Capital*, em um capítulo cujo título é a transformação do dinheiro em capital, Marx demonstra como a sociedade capitalista, se diferencia essencialmente de todas as sociedades que a antecederam. Nesta sociedade, o dinheiro assume a função de capital e cria as possibilidades de expansão e consolidação desta sociedade em nível mundial (MARX, 1993).

Nesse sentido, para qualificar a sociedade capitalista em seus aspectos essenciais, Marx a compara com um modelo de sociedade mercantil simples, identificando no dinheiro um papel fundamental no processo de desenvolvimento do capital. Deste confronto, podemos perceber as categorias econômicas fundamentais comuns a qualquer sociedade capitalista. São categorias básicas para a compreensão da crítica da economia política que Marx desenvolve:

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



valor-de-uso, valor, trabalho abstrato, trabalho concreto, força de trabalho, dinheiro, mais-valia, exploração.

Segundo Marx (1993, p.125) a diferença entre esses dois modelos se dá primeiro na esfera da circulação. No modelo de sociedade representado pela circulação simples de mercadorias, o movimento do dinheiro ocorre da seguinte forma: $M - D - M$, isto é, a venda de uma mercadoria no primeiro momento $M - D$ e, em seguida, com o dinheiro obtido com a venda, a compra de outra mercadoria com qualidade diferente da vendida $D - M$. Aqui, dinheiro possui o papel de ser o intermediário na transação (é um meio e não um fim).

Este ciclo produtivo pressupõe produtores que são proprietários dos meios de produção e, através do seu trabalho, transformam matérias-primas em um produto que lhes pertence integralmente. Mas enquanto produtores de mercadorias, possuem uma dependência mútua pois seu produto de trabalho não lhes serve como sustento imediato.

Assim, na circulação simples de mercadorias o dinheiro funciona como um intermediário entre os diversos produtores que no movimento $M - D - M$ usam o dinheiro para adquirir uma mercadoria que funcionará para si como valor de uso. Esta determinação qualitativa dos produtos do trabalho, valor de uso, por sua vez, move a circulação simples de mercadorias que segundo Marx (1993,127): “O circuito $M - D - M$ tem por ponto de partida uma mercadoria e por final outra mercadoria que sai da circulação e entra na esfera do consumo. Seu objetivo final, portanto, é consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor-de-uso.” É neste sentido que neste modelo pode existir mercadoria e dinheiro, mas por suas características não assumem a posição de capital.

No modelo de sociedade representado pelo capital, a circulação de mercadorias toma uma outra forma, mais complexa: $D - M - D'$ (onde $D' = D + \Delta D$). O dinheiro é investido para produzir mercadorias que são, então, trocadas por mais dinheiro (o dinheiro passa a ser um fim). Diferentemente da circulação simples de mercadorias, que tem no valor de uso seu objetivo principal, de acordo com Marx (1993, p. 127) “O ciclo $D-M-D$, pelo contrário, parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca”. Esse movimento se diferencia

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



essencialmente da circulação simples de mercadoria, pois o objetivo ao lançar dinheiro no mercado é de retirar mais dinheiro, um fim em si mesmo.

A partir deste momento cria-se a possibilidade para o dinheiro romper o ciclo produtivo que na circulação simples inicia e termina na mercadoria, ou seja, na sua determinação de valor de uso, e no capitalismo assume a forma d-m-d, ou seja, no primeiro momento, d-m, o proprietário de dinheiro compra no mercado mercadorias que, no final do ciclo, m-d, revende. Para Marx (1993, p.126) este movimento parece insosso, trocar dinheiro por dinheiro, “mais fácil seria o método do entesourador que guarda o seu dinheiro não expondo ao perigo da circulação”. No entanto, ao lançar dinheiro no mercado o proprietário de dinheiro objetiva retirar mais dinheiro do que inicialmente lançou nele, pois o dinheiro, possuindo o mesmo valor de uso, só pode se diferenciar em relação a sua grandeza.

Este incremento no dinheiro inicialmente lançado em circulação, Marx (1993, p.128) chamou de mais-valia, ou seja, valor que “não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza”, sendo, pois, seu objetivo final, enquanto capital, esta contínua valorização do valor.

Este retorno do dinheiro é importante na definição da sociedade capitalista. Enquanto na circulação simples de mercadorias o retorno do dinheiro, após ser gasto, está condicionado à repetição de todo o processo de trabalho, na sociedade capitalista é a partir deste gasto, ou adiantamento, que se espera obter mais dinheiro. Estes dois modelos caracterizam, pois, funções diferentes do dinheiro, que historicamente se transforma em capital e cria novas relações de produção entre as pessoas.

No entanto, de onde provém essa mais-valia? Aparentemente, o lucro dos capitalistas se origina na esfera da circulação (como resultado da capacidade que esse capitalista tem de conseguir vender sua mercadoria por um valor acima do que ela vale).

Marx estava interessado em descobrir se a mais-valia, característica central do capitalismo, tinha a sua origem, como inicialmente se poderia supor, na esfera da circulação. Nesse sentido, Marx analisa a forma como a compra e venda de mercadorias pode ocorrer nesta sociedade.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Assim, as mercadorias poderiam ser vendidas pelo seu próprio valor, acima deste valor e abaixo dele. No primeiro caso, a venda seria de equivalentes não havendo, assim, nenhuma formação de mais-valia. No segundo caso, em que o vendedor teria o privilégio de vender mercadorias acima do seu valor, o vendedor ficaria com dinheiro a mais, e o comprador perderia o equivalente por ter comprado acima do valor da mercadoria. Finalmente, se a venda fosse efetuada abaixo do seu valor, o vendedor perderia o equivalente ao ganho do comprador.

Nestas três transações não haveria ganhos líquidos na troca, sendo o início e final a mesma quantidade de valor. Primeiro este valor estaria contido na mercadoria vendida, depois no dinheiro obtido com a venda e, finalmente, na outra mercadoria comprada com este dinheiro. Para Marx (1993, p. 136), a troca somente realizava uma mudança na forma do valor: “Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia. A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor.”

Assim, no processo de troca, quando o fenômeno ocorre na sua normalidade, o dinheiro expressa, na forma monetária, o valor das mercadorias que, segundo Marx (1993, p.132), “(...) está representado em seus preços, antes que entrem na circulação, sendo, portanto, pressuposto e não resultado da mesma.”

Dessa forma, o que possibilita que o capitalista gere um valor excedente na esfera da produção é o consumo de uma mercadoria especial: a força de trabalho. Esta mercadoria possui segundo Marx (1993, p. 187) “a propriedade peculiar, de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor.”

No entanto, para que a força de trabalho pudesse aparecer no mercado como mercadoria, foram necessárias, mudanças que permitissem existir na sociedade pessoas livres, o que não era o caso do feudalismo e do escravismo. Essa liberdade tem, para Marx (1993, p.140), dois sentidos: “(...) livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.” Esta perda dos meios de subsistência somada à ideia de o trabalhador

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



ser livre, no sentido jurídico, ou seja, poder dispor de sua própria pessoa, o que não ocorria na sociedade escravista e feudal, por exemplo, está relacionada diretamente com a produção capitalista e a sua forma de se apropriar do excedente social, a mais-valia. Deste modo, a burguesia universalizou a forma mercadoria nas relações entre as pessoas, tornando-se detentora dos meios de produção e tendo na exploração da força de trabalho a sua fonte permanente e incessante de acumulação de riquezas.

Para a mercadoria força de trabalho valem as mesmas leis que valem para as mercadorias em geral, ou seja, o valor da força de trabalho é igual ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção e reprodução. Para Marx (1993, p.141), “(...) o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistências necessário à manutenção de seu possuidor. ” No caso da força de trabalho, este valor é determinado a partir das mercadorias necessárias para que o trabalhador mantenha a si mesmo, como também as mercadorias consumidas para educar e treinar as futuras forças de trabalho que irão substituí-los.

Estes meios de subsistência não são uma constante e podem variar de acordo com a cultura e os hábitos de uma sociedade historicamente determinada, mas são sempre o mínimo necessário para que a força de trabalho se reproduza como mercadoria.

Assim, no capitalismo, segundo Marx (1993, p.144) “O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais-valia. ”, e para produzir a mercadoria, o capitalista tem de adquirir os meios de produção e a força de trabalho no mercado. Os meios de produção são compostos pelos objetos de trabalho (matérias-primas) e pelos instrumentos de trabalho (ferramentas e máquinas) que representam o capital constante. Estes meios de produção representam o trabalho passado. Seus valores foram determinados pelo seu tempo necessário de trabalho social para produzi-los e serão transferidos para o valor da mercadoria que será produzida (o objeto de trabalho transfere a sua depreciação).

Dessa forma, na produção capitalista, o valor do trabalho do trabalhador é maior que o valor de sua força de trabalho. Por exemplo, uma situação na qual num dia de trabalho de oito horas, o trabalho de 4 horas baste para produzir o valor total do salário que o capitalista

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



pagará aos trabalhadores. Nessas 4 horas, o valor da produção que é medido pelo tempo de trabalho social despendido (trabalho abstrato), corresponderia aos salários. As outras quatro horas que restam da jornada corresponde ao trabalho excedente. O lucro do capitalista advém desse trabalho excedente.

Dessa forma, Marx consegue demonstrar que o lucro do capitalista tem sua origem na esfera da produção e não da circulação. Na verdade, o lucro do capitalista é a realização da mais-valia (com a venda da mercadoria no mercado) que foi criada no processo de produção capitalista.

Assim, o capitalismo nasce a partir do momento em que o desenvolvimento histórico expandiu as trocas, as quais existiam apenas como um meio de obter valores-de-uso de que as pessoas necessitavam, para além deste objetivo, ou seja, o intercâmbio entre as pessoas tem como objetivo acumular dinheiro e mais dinheiro. Temos, então, uma sociedade que de um lado existe uma pequena parcela da população monopolizando a propriedade dos meios de produção, e do outro lado, a maioria da população desprovida dos meios necessários a sua subsistência.

Marx atenta para o fato de que a relação existente entre os possuidores de meios de produção e os despojados (possuidores de força de trabalho) não é natural, não é produzida pela natureza. Esta é uma relação social que não foi comum em estágios anteriores de sociedade e que caracteriza o modo de produção capitalista (que é uma relação de produção historicamente específica).

Assim, para que o dinheiro possa tornar-se capital, as relações entre os possuidores de capital e os que vendem a sua força de trabalho devem resumir-se em relações de exploração. Como afirma Trotsky, “o operário, no regime burguês, sem o querer e nem mesmo o saber, enriquece a burguesia e a enriquece tanto mais quanto melhor trabalha” (TROTSKY, 2009, p. 12). Portanto, o capitalista busca aumentar a produtividade do trabalhador, ao mesmo tempo em que busca, por meio do Estado, ampliar a “liberdade” do Mercado, como continua Trotsky:

A burguesia, por intermédio de seus elementos mais progressistas, contenta-se, por um lado, em racionalizar a técnica (as ciências naturais, a tecnologia, a química, a

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



mecanização, as descobertas) e por outro lado a política (graças ao parlamentarismo), mas não a economia, que permanece como área de uma concorrência cega (TROTSKY, 2009, p. 32).

A globalização, acentuada nos fins do século XX e início do século XXI, tornou possível a extração de mais-valia de forma nunca antes vista, bem como a tecnologia permitiu romper as fronteiras entre o mundo industrial e o agrícola e subverter até mesmo as fronteiras nacionais, com as grandes empresas dos países centrais deslocando-se a seu bel prazer pelo mundo subdesenvolvido em busca de economias desregulamentadas e com ainda menos direitos para os trabalhadores. Como nota, Ianni (2004), os centros decisórios do Capitalismo Global são formados sem dar a menor intenção aos Estados Nacionais.

3. Um documento escandaloso

Em 2015, o PMDB, que então integrava o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, lançou um documento que ditava as bases para que o Brasil pudesse assegurar seu lugar dentro da nova divisão internacional do trabalho, elaborada pelo capital globalizado. Buscando abrir o diálogo com os expoentes do mercado financeiro nacional e internacional, “Uma ponte para o futuro”, como foi denominado o documento, é um manifesto em favor da diminuição do Estado e pela aceitação dos ditames do mercado financeiro internacional. Ajuste fiscal, comprometimento com a dívida pública, orçamento rigorosamente controlado para evitar “gastos” são algumas das receitas que o documento aponta para recuperar o crescimento.

Criticando as políticas aplicadas pelo governo do qual fazia parte, o PMDB se apresentava como alternativa segura de transição em um momento em que o mercado exigia mais liberdade para o capital e as estratégias reformistas dos governos petistas passavam por uma estagnação, na qual o mercado não era isento de culpa.

No entanto, o documento, longe de levantar as responsabilidades do mercado sobre a crise, vê o mesmo apenas como a solução, como mostram as seguintes medidas, listadas entre as 12 que o documento elenca como necessárias para recuperação do país:

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se à Petrobras o direito de preferência;

e) realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de valor, auxiliando no aumento da produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional (PMDB, 2015, p. 18).

O tom pró-mercado é evidente por si. Foi este programa, muito parecido com o programa derrotado nas eleições de 2014 que foi assumido pelo governo Temer que ascendeu ao poder em 2016. O novo governo passa a aprofundar um projeto que, “mesmo jamais tendo sido abandonado pelos governos petistas, reafirma a lógica deletéria das perspectivas neoliberais e contrárias à proteção social e às políticas sociais universais no Brasil” (JESUS e LOPES, 2017, p. 2).

A implantação do programa expresso em “Uma ponte para o futuro” é a concretização de um Estado cuja concepção é neoliberal, uma concepção que exige a ruptura entre o Estado e a sociedade, pois o “Estado é rearticulado mais abertamente às exigências e às possibilidades da globalização do capitalismo” (IANNI, 2009, p. 320). Em outras palavras o Estado se coloca diretamente a serviço do capital e de suas demandas, em uma dinâmica que afeta todas as instâncias do país. Na verdade, este governo aplica “com muita clareza na cartilha neoliberal dos organismos multilaterais (FMI, BIRD, Banco Mundial, etc) e (...) com os olhos, ouvidos e pensamentos voltados para o virtuoso mercado” (JESUS e LOPES, 2017, p. 11). Para tanto é preciso aplicar medidas de austeridade, com a contenção dos chamados “gastos”, um eufemismo para o corte de direitos fornecidos pelo Estado à população.

4. Ampliar a extração de valor

De acordo com Teodoro (2018), desde os anos 1990, o ideário neoliberal tem sido aplicado no Brasil. Presidentes como Collor e FHC utilizaram-se do receituário neoliberal com controle de gastos públicos, abertura da economia, privatizações, aumento de juros, entre

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



outras, mas, “é com o governo Temer que as regras de proteção ao trabalhador passam a ser reduzidas ao máximo possível, para que a concorrência gere seus frutos em termos de recuperação dos lucros” (TEODORO, 2018, p. 588).

Recorde-se, que apenas o trabalho é capaz de criar valor na sociedade capitalista. E que as políticas neoliberais visam a ampliação brutal da extração de mais-valia, seja pelo aumento da produtividade do trabalhador, onde estimula-se o trabalho a render mais pelo mesmo custo da mão-de-obra, seja pela exploração direta de áreas cujas atividades eram realizadas pelo Estado. Busca-se a realização do Estado mínimo, onde, de acordo com Ianni:

Realiza-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional (IANNI, 2009, p. 314).

A raiz da crítica que Karl Marx faz está na relação estabelecida entre o trabalhador e a produção. Por se tratar aqui de uma relação alienada, de servidão, escravidão, as outras relações serão consequência desta. Dessa forma, se esta relação é alienada, não basta tentar modificar alguns aspectos considerados ruins, como, por exemplo, reivindicar uma melhor distribuição de renda, sem levar em consideração a lógica que preside todo este modo de produção. Nesse sentido, Marx critica Proudhon quando este propõe uma igualdade de rendas:

Uma violenta *elevação do salário* (abstraindo de todas as outras dificuldades, abstraindo que, como uma anomalia, ela também só seria mantida com violência) nada seria além de um *melhor assalariamento do escravo* e não teria conquistado nem ao trabalhador nem ao trabalho a sua dignidade e determinação humanas. (MARX, 2010, p.88)

O neoliberalismo submete o Estado completamente a lógica do capital. No entanto, não há substância alguma no Capital, a não ser aquela que ele põe o trabalho para produzir para ele, pois, como aponta Grespan (2015, p. 145,146), o capital é a força:

[...] que tudo abrange e submete, que substitui a razão de ser da sociedade por seu propósito de criar sempre mais valor, que transforma a terra em propriedade particular e fonte de renda, subordina o trabalho à criação de lucro, pauta o comércio

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



exterior do mundo inteiro e faz do Estado um instrumento para garantir e patrocinar a valorização privada.

Em sua busca por mais-valor, por uma maior exploração dos trabalhadores, o Capital consome tudo a sua volta, modifica as relações de produção e por meio delas as relações sociais, acabando por colocar a todos a seu serviço e explorando o trabalhador, mesmo em seus momentos de folga. Para Marx,

[...] o capital tem um único impulso vital, o impulso de se valorizar, de criar mais-valia, de sugar a maior massa possível de sobretrabalho com a sua parte constante, os meios de produção. O capital é trabalho morto que apenas se anima, à maneira de um vampiro, pela sucção de trabalho vivo, e que vive tanto mais quanto mais dele sugar. O tempo durante o qual o operário trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho por ele comprada. Se o operário consome o seu tempo disponível para si próprio está a roubar o capitalista. (MARX, 1993, p. 271)

O mercado financeiro, torna-se o agente disciplinante das empresas e dos governos, estabelecendo-se a necessidade de prestar contas e ser avaliado de acordo com o cumprimento de metas fixadas pelo mercado (DARDOT & LAVAL, 2016). Estes movimentos tão somente realizam a socialização das perdas, principalmente entre os mais pobres, mas não resolvem a crise conjuntural do capital. Para superar esta crise é preciso superar o capital.

5. Um outro mundo possível?

As soluções que o mercado tem ditado ao governo se mostram inócuas para a resolução da crise. A retirada dos direitos trabalhistas ampliou os ganhos de capital, mas não arrefeceu as taxas de desemprego, o propalado retorno do crescimento econômico ainda não se realizou, no entanto, o ajuste continua a pleno vapor.

Ir além do capital é a única forma consistente de superar as dificuldades da economia e garantir a melhora das condições de vida dos trabalhadores. A abordagem marxiana auxilia no entendimento da crise do capital, mas é a práxis marxista que pode trazer as mudanças necessárias para a superação da lógica do capital. Para isso, faz-se necessário entender que,

O capitalismo neoliberal não cairá como uma “fruta madura” por suas contradições internas, e os *traders* não serão a contragosto os coveiros inopinados desse

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



capitalismo. Marx já dizia com força: “A história não faz nada”. Existem apenas homens que agem em condições dadas e, por sua ação, tentam abrir um futuro para eles. Cabe a nós permitir que um novo sentido do possível abra o caminho (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 402).

Assim, ao pensarmos uma forma de organização da sociedade, onde os meios de produção não mais sejam propriedade privada de indivíduos ou grupos de indivíduos e onde as decisões do que produzir sejam tomadas com a efetiva participação de todos envolvidos diretamente no processo de produção, temos que estabelecer uma nova relação das pessoas com o seu trabalho, ou seja, a superação desta sociedade capitalista é, ao mesmo tempo, a superação do trabalho alienado.

Como observado, as políticas implementadas pelo governo atual têm demonstrado pouca ou nenhuma eficácia para solucionar a crise. O desemprego continua a crescer, mesmo com a desregulamentação da CLT, o teto de gastos tem piorado o acesso da população em geral aos serviços básicos, entretanto os bancos privados lucram como nunca.

É preciso que a saída possa ser construída pelo engajamento dos que criam o valor, os trabalhadores, em torno de uma solução anticapitalista, que busque a emancipação dos explorados, que busque gerir a economia em bases novas, fora do jogo cego das forças de mercado.

REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRESPLAN, Jorge. *Grítica da Economia Política, por Karl Marx*. In: **Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

ISSN: 2446-8126

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)



JESUS, Júlio César Lopes de; LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo. As ações do governo Temer e suas implicações para as políticas: o que está por vir?. In: **VIII JOINPP - Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2017, São Luís. Anais da VIII JOINPP, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1993. Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. (Coleção os economistas).

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2015.

TEODORO, Luiz Claudio de Almeida. A reforma trabalhista do governo Temer: inspiração neoliberal e o desmanche dos direitos sociais. **Revista Serviço Social em perspectiva**. Edição Especial, Montes Claros, p. 578-590, Março/2018.

TROTSKY, Leon. **Questões do modo de vida. A moral deles e a nossa**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sunderman, 2009.